



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 040/041

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE MAIO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 040**36ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Mensagem	03
Requerimentos	03
Projeto de Resolução	06
Projetos de Lei	06
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	09
Discussão / Votação:	
1ª Discussão (Pref. de Votação)	10
3ª Discussão	13
2ª Discussão	13
1ª Discussão	14
Requerimentos	18
Explicações Pessoais	18
Encerramento da Sessão	19

DIÁRIO Nº 041**37ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva	20
Presenças	20
Abertura da Sessão	20
Expediente:	
Requerimentos	20
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final	21
3ª Discussão	24
2ª Discussão	25
1ª Discussão	25
Requerimentos	27
Encerramento da Sessão	27

DIÁRIO Nº 040**36ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE MAIO DE 2006**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (51). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Carlos Simões, Jocelito Canto e Waldir Leite (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 033/06

Curitiba, 03 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o disposto no artigo 66, inciso I da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir a parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada “Piso Social Complementar”. O Piso Social Complementar que se pretende instituir será devido ao funcionário ativo ou inativo ou gerador de pensão que receba, a título de remuneração, valor inferior a R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

O plano de lei ora proposto é indiscutivelmente necessário e oportuno eis que, complementando concessão anterior feita pela Lei nº 14.161, de 24 de outubro de 2003, beneficiará os servidores públicos de remuneração de pequena monta, significando assim, maior expressão e justiça na concessão do benefício.

O anteprojeto de lei contém as definições e conceitos que se fazem necessários a fim de que a medida tenha condições de plena exequibilidade e imediata implantação em folha de pagamento, logo após transformada em lei.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica instituída parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada Piso Social Complementar.

Art. 2º O Piso Social Complementar será devido ao funcionário ativo ou ao inativo ou gerador de pensão que receba, a título de remuneração, valor inferior a R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

§ 1º A vantagem prevista nesta lei para o funcionário ativo será devida apenas àquele que seja ocupante de

cargo com jornada diária de 8 (oito) horas ou 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Não fará jus à vantagem instituída por esta lei o funcionário, com qualquer carga horária, afastado nos casos previstos nos artigos 128, incisos V, VII, VIII, IX, XVI, XVIII e XIX; 208, incisos VI, VII, VIII, IX e X; e 238, 240, 245, parágrafo 1º; 249, incisos IV, VI, VII, XII, XIII e XIV; 293, incisos III, IX e V, todos da Lei Estadual nº 6174, de 16 de novembro de 1970, bem como quando estiver afastado do exercício do cargo por motivo de suspensão decorrente de sindicância na instauração de processo disciplinar, ou estiver recluso.

Art. 3º Considera-se remuneração, para fins da presente lei, o somatório de:

I - vencimento ou vencimento base;

II - adicional por tempo de serviço; e

III - quaisquer outras vantagens decorrentes do exercício do cargo ou função, inclusive as relativas ao local e condições de trabalho, previstas em lei ou regulamento.

§ 1º Não se considera remuneração, para fins do cálculo da diferença devida, os valores pagos a título de atrasados.

§ 2º O valor do Piso Social Complementar não servirá de base para cálculos de demais vantagens vinculadas ao vencimento ou vencimento base, exceto férias, além de não integrar a base de cálculo para a concessão de vale-transporte e auxílio-alimentação.

Art. 4º O valor do Piso Social Complementar não será computado para fins de contribuição previdenciária e não será incorporável quando da passagem do funcionário para a inatividade.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1017

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do parágrafo 4º do artigo 179 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a preferência de votação do item 09, da Ordem do Dia, referente ao Projeto de Lei nº 002/06, Mensagem nº 004/06, de autoria do Poder Executivo, fixa no âmbito do Estado do Paraná, o Piso Salarial de que trata o inciso V do artigo 7º da Magna Carta da República.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Natálio Stica, Geraldo Cartário, Antonio Anibelli e Elza Correia.

REQUERIMENTO Nº 1020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência para discussão e votação do item 09, Projeto de Lei nº 002/06, Mensagem Governamental nº 004/06.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamiento:

Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano e Barbosa Neto.

REQUERIMENTO Nº 1026

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1025

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a votação nominal para o Projeto de Lei nº 002/06, item 09 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1018

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja colocado à disposição de todos os membros desta Casa de Leis, manifestação de apoio popular subscrita por mais de quarenta mil cidadãos, à Mensagem nº 004/06, Projeto de Lei nº 002/06, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamiento:

Luciana Rafagnin, Natálio Stica, Geraldo Cartário e Antonio Anibelli.

REQUERIMENTO Nº 1015

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 04 de maio (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1009

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Darlei Aparecida de Oliveira.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Hamilton Ferreira Sutil.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1024

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Gustavo Ribeiro, ocorrido em 26 de abril do corrente, em Curitiba, Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 1007

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Alto Paraná, pela passagem, no próximo dia 05 de maio/06, de seus 52 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à Exma. Sra. Tereza Rozin Roncaglio, Prefeita Municipal; ao Sr. Luiz Cripa Filho, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população do município de Alto Paraná com alegria estará, no próximo dia 5 de maio/06, comemorando o transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política, e, temos certeza, com grandes festividades.

Vivemos num mundo onde idéias determinam a força econômica do município. As economias mais dinâmicas da atualidade são centros de criatividade e inovação, onde novos negócios e indústrias são construídas em cima de idéias e tecnologias dificilmente cabíveis, sempre com a supervisão direta do Prefeito Municipal e dos Vereadores.

É, portanto, com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à comunidade do município de Alto Paraná que o Sr. Prefeito e os Srs. Vereadores vêm dando o máximo de seus esforços para que se concretizem os objetivos programados.

Queremos, através desta proposição, parabenizar toda a população de Alto Paraná nesta data tão significativa da comemoração dos 52 anos de emancipação política.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao município aniversariante.

REQUERIMENTO Nº 1016

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de efusivas congratulações e de profícua gestão ao Sr. Rainer Zielasko (Presidente) e demais integrantes da Diretoria, pela posse como dirigentes da gestão 2006, da Associação Comercial e Industrial de Toledo - ACIT, que ocorreu no último dia 28 de abril, na cidade de Toledo, neste Estado.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente requer seja dado ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada, com votos de contínuo sucesso, ao Sr. Rainer Zielasko, agora Presidente da Associação Comercial e Industrial de Toledo - ACIT - Largo São Vicente de Paulo, 1333 - Toledo/PR.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1027

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações aos membros do Grupo de Teatro Auxiliadora, pela apresentação na semana santa, da "Paixão e Glória do Senhor", para a população de Ponta Grossa.

Requer ainda, que seja emitido certificado individual aos mesmos.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1013

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Edvaldo Borsato.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor, à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1006

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário desta Assembléia Legislativa, REQUER ao Sr. Presidente desta Casa, que seja enviado expediente à Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, Secretária de Estado da Administração, solicitando que seja elaborado estudo objetivando levantar qual a situação dos terrenos das praias artificiais onde os diversos municípios do Estado que tiveram áreas alagadas pelas águas que formaram as represas das usinas hidrelétricas construídas no território paranaense, com a finalidade de sua legalização final em nome dos respectivos municípios.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

O objetivo principal deste requerimento é que a Secretaria de Estado da Administração, através de sua estrutura, efetue levantamento detalhado sobre a situação dos terrenos onde os municípios que tiveram terras alagadas pela formação das barragens das usinas hidrelétricas construíram suas respectivas áreas de lazer, ou praias artificiais como são chamadas.

Ocorre que alguns municípios dos quais temos conhecimento, construíram suas áreas de lazer em terrenos anteriormente pertencentes ao Estado do Paraná, até mesmo por força de desapropriações e indenizações efetuadas para que as represas pudessem ser construídas.

Em alguns casos, a autorização para a construção das chamadas "prainhas" ocorreu apenas de forma verbal, para posterior legalização, que também em casos isolados ainda não aconteceu.

Nosso objetivo, Sr. Presidente, é garantir aos municípios a posse definitiva dos terrenos onde fizeram e fazem constantes investimentos para o lazer da população paranaense, caso existam ainda casos a serem legalizados, o que poderá ser feito posteriormente ao levantamento solicitado com a doação dos respectivos terrenos pelo Estado aos municípios.

Conto, portanto, com a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1008

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando que sejam pagos os proventos em atraso, referentes ao enquadramento da classe F-6 para G-7, atualmente, no Nível I para o Nível II.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1012

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, encaminhando Ofício nº 866/06 da Câmara Municipal de Londrina, que solicita o recapeamento asfáltico da estrada que liga Tamarana a Ortigueira.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1014

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, CONVIDA a Diretoria da Copel e o Procurador-Geral do Estado para discutir a Mensagem nº 031/06, Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Copel ou subsidiária integral desta, a assumir o controle (societário) da UEG Araucária Ltda., no Pequeno Expediente da Sessão Plenária do dia 09/05/06 (terça-feira).

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Projeto de Resolução**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/06**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná:

R E S O L V E :

Art. 1º Fica concedido a partir de 1º de janeiro do ano de 2006, auxílio-natalidade aos servidores do Quadro de Funcionários desta Assembléia Legislativa.

Art. 2º O auxílio compreende o total de vantagens percebidas pelo servidor no mês de nascimento de seu filho.

Art. 3º Para a concessão do benefício o servidor deverá requerê-lo ao Departamento Pessoal desta Casa, anexando certidão de nascimento do filho.

Art. 4º O crédito será incluído na próxima folha de pagamento do servidor ou na sua impossibilidade, no mês subsequente.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.06

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de proposição de elevado alcance social que visa custear os altos custos com a parte médica, laboratorial e hospitalar do funcionário, tendo em vista que os servidores e funcionários desta Assembléia não dispõem de nenhum plano de assistência médica custeada pela Assembléia, uma vez que perderam esse benefício com a extinção do Instituto de Previdência do Estado, que prestava todo atendimento necessário, ou estornava os valores referentes às despesas com o parto.

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 226/06**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o inciso I, do artigo 18 da Lei Estadual nº 13.666/02, que passa a ter a seguinte redação:

I - Adicional de Atividade Penitenciária - AAP: retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, exclusiva para o cargo e função de Agente Penitenciário e ao Agente de Execução, na função de Educador Social do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, relativo ao caráter penoso perigoso, insalubre e com risco de vida inerente à função, incorporável para todos os efeitos legais.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros jovens no Paraná encontram-se internados em unidades, com aparência e forma de penitenciária, que contém grades, celas e enormes muralhas. Há, inclusive, nessas unidades prisionais, adolescentes e indivíduos com idade entre 18 e 21 anos incompletos, por força do Estatuto da Criança e do Adolescente, mesmo o Código Civil, determinar a maioridade plena aos 18 anos de idade.

Muitos desses internos são de altíssima periculosidade, tendo cometido infrações das mais reprováveis pela sociedade, tais como estupros, homicídios, latrocínios, seqüestros, etc., e ser parte integrante de grupos criminosos como PCC, CV e outros.

Assim como os já maiores de idade terem também cometido crimes após completarem 18 anos, mas, por uma contingência legal permanecem internados junto aos demais adolescentes.

Verifica-se, portanto, que o sistema prisional (internação) também no tocante à segurança é o que o Estado dispõe no momento, uma vez não se tratar de modelo adequado às necessidades particulares do processo sócio-educativo de jovem privado da liberdade, gerando por fim inúmeras rebeliões, com os mais sangrentos desfechos, o que é de conhecimento público, tendo em vista os repetidos fatos acontecidos e amplamente noticiados pela imprensa nos últimos anos.

Desta forma, o Corpo de Educadores Sociais do Paraná protocolou documento (Protocolo nº 8.263.397-9 - protocolo geral do Estado do Paraná) procurando demonstrar que quando da oficialização do Decreto nº 2471 de janeiro de 2004, a categoria foi incluída como se técnicos fossem na gratificação denominada GADI, esquecendo-se sua condição peculiar e assemelhada ao Agente Penitenciário, pois executam os mesmos serviços com o acréscimo de serem especialistas no atendimento de adolescentes infrator.

No entanto, Sr. Presidente, nobres Parlamentares, a gratificação a eles atribuída tem abrangência e garantias muito menores da que já tinham antes, até porque a licença especial, onde levavam todas as gratificações até então, já não recebem mais o GADI, por exemplo. Garantia esta que somente foi atribuída aos Agentes Penitenciários após um parecer da Procuradoria do Estado, que estendeu a eles garantias que até então somente os educadores tinham.

Por isso e por uma questão de justiça para com essa categoria que presta relevantes serviços à sociedade paranaense, elaborei o presente projeto de lei, ao qual solicito posição favorável dos nobres Pares do Legislativo e a sanção do Exmo. Sr. Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 227/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a disciplina de Leitura Crítica da Mídia como disciplina obrigatória na grade curricular do Ensino Médio no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º A disciplina de Leitura Crítica da Mídia tem como objetivo oferecer ferramentas de decodificação e avaliação crítica da mídia a fim de desenvolver um processo de análise e de produção de materiais de comunicação como instrumentos de ensino e de formação do cidadão.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Educação, nas formas estabelecidas pelo Conselho Estadual da Educação e conforme a Lei de Diretrizes Curriculares Nacio-

nais para o Ensino Médio, fixado pelo Conselho Nacional de Educação, estabelecerá a grade disciplinar contendo: o programa curricular, a proposta pedagógica e a carga horária para a disciplina, bem como as demais medidas para a regulamentação desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

As práticas educativas que objetivam uma leitura crítica da mídia estão ganhando forças com a chamada educomunicação, um conceito que ainda não se encontra em dicionários mas que já vem sendo colocado em prática há pelo menos duas décadas nas escolas do Paraná.

O debate sobre educomunicação envolve educadores e estudiosos da educação com o objetivo de formar crianças e adolescentes capazes de decodificar de maneira crítica, as informações que recebem através da mídia.

O papel da escola vem sendo ampliado com o passar dos tempos e com o surgimento de novas tecnologias. Hoje em dia não há que se falar em educação escolar sem contar com o auxílio do computador e das informações recebidas via internet.

Sendo a Educação um dever do Estado é necessário que o mesmo acompanhe o desenvolvimento tecnológico e forneça os meios necessários para que todos tenham acesso à tecnologia e não se tornem meros reprodutores de informações, mas que tenham a capacidade de entender as informações que recebem e através de uma análise crítica possam produzir conhecimento, tornando-se no futuro profissionais mais completos e competitivos.

Ante o exposto, proponho a esta Casa o presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 228/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica garantido, nos termos desta lei, o direito dos portadores de deficiência auditiva de realizar implante coclear nos estabelecimentos hospitalares públicos e privados conveniados ao Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º O direito de que trata a presente lei aplica-se aos portadores de deficiência auditiva cujo implante seja o procedimento adequado para a recuperação total ou parcial da audição, em conformidade com a avaliação e diagnóstico médico.

Art. 3º As despesas para a execução desta lei serão custeadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS, mediante o código específico para o procedimento.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

O implante coclear é um dispositivo eletrônico de alta tecnologia, também conhecido como ouvido biônico, que estimula eletricamente as fibras nervosas remanescentes da cóclea de deficientes auditivos, permitindo a transmissão do sinal elétrico para o nervo auditivo, a fim de ser decodificado pelo córtex cerebral, adquirindo assim o usuário a capacidade de perceber os sons.

Com a implantação do aparelho, o deficiente auditivo torna-se capaz de ouvir os sons, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento da linguagem passando a levar, portanto, uma vida praticamente normal.

O presente projeto visa, portanto, garantir o direito de deficientes auditivos do Estado do Paraná, desde que aptos a realizar o implante coclear. Com a regulamentação os hospitais públicos e privados conveniados ao Sistema Único de Saúde - SUS ficam obrigados a realizar o implante, devendo para isso credenciar-se junto ao SUS para realizarem o procedimento.

Desta forma, o presente projeto não representa acréscimo de despesa para o Estado, pois a realização de implante coclear já é procedimento pago pelo SUS, sendo necessário tão somente o credenciamento dos hospitais para que possam realizar as operações.

Atualmente, o impasse coclear é realizado pelo SUS somente em alguns hospitais de São Paulo, tais como a Santa Casa de Misericórdia, Faculdade de Medicina da USP e Hospitais das Clínicas da Unicamp, no Hospital de Clínicas de Porto Alegre e no Hospital do Coração do Rio Grande do Norte.

O Estado do Paraná possui incontáveis portadores de deficiência auditiva que poderiam ser beneficiados pela realização do implante. Levando-se em conta que o Sistema Único de Saúde possui código para a realização do procedimento, é dever do Estado garantir que haja hospitais credenciados para realizar o implante, sendo este o objetivo de presente projeto.

Assim, pela relevância e alcance social deste projeto, levando-se em conta que com a realização do implante os deficientes auditivos passam a ouvir perfeitamente, levando portanto uma vida normal, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 229/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, a instituir o Teste Vocacional na Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná.

I - Todas as escolas públicas deverão ofertar o teste vocacional para os alunos antes da conclusão do ensino médio.

II - Serão ofertados para os alunos da rede oficial de ensino, palestras que abordem a área de atuação de cada profissão e, ainda, demonstrem seus ramos de atividades.

Art. 2º Os recursos necessários para o cumprimento desta lei serão consignados no Orçamento do Estado mediante proposta orçamentária.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Educação tomará as demais medidas necessárias à implementação da presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta objetiva oferecer aos nossos jovens a condição de escolher o seu futuro profissional, bem como fazer com que eles tomem conhecimento a respeito da profissão que escolherem.

Ao ingressarem nas universidades os jovens optam por determinada profissão sem nem mesmo saber quais são as aptidões necessárias e as atividades que irão desenvolver. Através desta propositura, os jovens terão acesso a palestras informativas, que serão realizadas por profissionais, com o intuito de apresentar-lhes a forma como irão atuar no mercado de trabalho.

A iniciativa também pretende desafogar alguns ramos de atividades que muitas vezes são escolhidos pelos jovens pela falta do conhecimento de outras profissões.

Inicialmente a proposta pode ser observada como prerrogativa do Governo do Estado, mas devemos observar que também compete ao Poder Legislativo assegurar aos cidadãos do nosso Estado ferramentas que os defendam e legitimem sua cidadania, esta que pode ser conquistada através da qualificação profissional, o que gera empregos e fonte de renda para todo o Paraná.

Por tudo que foi exposto, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares com assento neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

(**Tumulto nas galerias.**
Visitantes cantam o Hino Nacional)

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, peço a V. Exa. que suspenda a Sessão por alguns minutos para que os ânimos se acalmem.

(**Tumulto, vaias**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço a compreensão e o silêncio, dez minutinhos somente. Faço um apelo aos Deputados que abram mãos dos discursos e passamos, imediatamente, à votação.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 51 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 033/06, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva instituir parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada Piso Social Complementar. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Projeto de resolução de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Carmês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Francisco Büher, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1015, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 04 de maio (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordi-

nária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1017, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Natálio Stica, Geraldo Cartário, Antonio Anibelli e das Deputadas Luciana Rafagnin e Elza Correia, constante do expediente, solicitando preferência de votação do item 09, da Ordem do Dia, referente ao Projeto de Lei nº 002/06, Mensagem nº 004/06, de autoria do Poder Executivo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1020, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Deputados Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano e Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do item 09, Projeto de Lei nº 002/06, Mensagem Governamental nº 004/06. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1025, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando votação nominal para o Projeto de Lei nº 002/06, item 09 da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Teremos Sessões Extraordinárias no dia de hoje?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Teremos mais uma Sessão Extraordinária.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Gostaria que o senhor me inscrevesse em Explicações Pessoais, porque o assunto que me traz à tribuna hoje é sobre a UEG e gostaria de usar após a votação para não tumultuar e não atrasar, que eu fique inscrito nas Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, no momento em que V. Exa. colocar em votação gostaria de solicitar a chamada nominal para que tivéssemos um quórum mais qualificado de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a chamada nominal dos Srs. Deputados. Solicito à Sra. 1ª Secretária que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

(**Faz a chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Sr. Presidente, 42 Deputados estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi feita a segunda chamada e os Deputados que forem chegando vão fazendo registro de suas presenças.

Discussão/Votação

De conformidade com os requerimentos acima aprovados:

1ª Discussão:

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/06, que fixa, no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial, de que trata o inciso V, do artigo 7º da Magna Carta da República. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 003/06, de 16/02/06, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 002/06

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 04/06, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta fixar, no âmbito do Estado do Paraná, o Piso Salarial, de que trata o inciso V, do artigo 7º da Magna Carta da República.

Na justificativa o autor diz que a presente proposição decorre de estudos conjuntos realizados por órgãos do Estado e entidades sindicais, cujas conclusões levaram em conta a possível fixação do salário mínimo nacional em R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Assim sendo, vale destacar que a proposição virá garantir aos trabalhadores organizados em categorias profissionais e aos trabalhadores não organizados sindicalmente, os preceitos constitucionais mínimos, estimulando o sistema e possibilitando uma melhor distribuição de renda.

E mais, ressalta que a medida insere-se na política de amplos benefícios sociais que vêm sendo implantados desde o início do seu governo, em especial aos mais necessitados, bem como no favorecimento das micro, pequenas e médias empresas, com políticas públicas relativas a isenção ou reduções de tarifas de luz e água, bem como de tributos.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando portanto, presente o princípio da admissibilidade.

E nem se diga que o projeto de lei ora em análise fere a Constituição Federal.

Da lavra do Ministro Marco Aurélio, relator da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2358-6-RJ, extrai-se o seguinte:

As necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, retratadas em moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, não variam de acordo com a região do país. Foi justamente esta premissa, harmônica com o princípio isonômico, que levou o Constituinte de 1988 a prever, no inciso IV do artigo 7º, o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado. É certo que, no inciso V, restou previsto piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Todavia, conforme ressaltado por Celso Ribeiro Bastos em artigo publicado na Revista Consulex, ano 4, nº 4, nº 42, de junho de 2000, precisamente sobre a dualidade “salário mínimo” e “piso salarial”, “a Constituição não usa sinonímia simplesmente para embelezar retoricamente o seu texto; as expressões diferentes tendem-se atribuir interpretações diversas”.

Então, o consagrado constitucionalista elucidou as diferenças substanciais entre o texto dos incisos IV e V do artigo 7º da Constituição Federal. Uma coisa é o salário mínimo, ao qual se colou a unificação. Vale dizer, o valor há de ser único, ficando, assim, assentada a premissa sobre a impossibilidade de ter-se, em cada um dos 27 Estados brasileiros, uma lei própria estabelecendo “sob o ângulo do piso salarial, logicamente a atingir valor superior ao do salário mínimo, o dispositivo constitucional agasalha a consideração do próprio trabalho desenvolvido, ao cogitar não só da respectiva extensão, como também da complexidade. De acordo com o inciso V do artigo 7º da Constituição Federal, nesse caso, possível é a fixação de valores diversos, sem ofensa ao princípio isonômico, porquanto, na dicção de Rui Barbosa, contida na Oração dos Moços, a regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar os desiguais na medida em que se desigualem. Nesta igualdade social, proporcional à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. A diversificação terminológica e de conteúdo entre os institutos do salário mínimo e do piso salarial jamais foi colocado em dúvida. Além dos autores em boa hora citados pelo requerente, Amauri Mascaro Nascimento, Arnaldo Sussekund, Eugênio Haddock Lobo e Prado Leite, cabe lembrar a lição de Arion Sayão Romita: a Constituição Federal, ao prever, no inciso IV, o predado nacionalmente unificado, veda a adoção de salários mínimos locais ou regionais, sendo certo que o parágrafo único do artigo 22 da Constituição prevê a possibilidade de se delegar aos Estados, mediante lei complementar, a tarefa de legislar sobre questões específicas de Direito do Trabalho, vale dizer, poderiam os Estados legislar não sobre salário mínimo, mas sobre piso salarial (artigo publicado no repertório IOB de jurisprudência, primeira quinzena de outubro de 2000, nº 19, caderno 2, página 375, sob o título “Salário Mínimo Estadual?).

Também Carlos Moreira De Lucca assim concluiu em artigo veiculado na Revista Gênese, de abril de 2000, fazendo-o sob o título “O Salário Mínimo Nacional e o Piso Salarial Estadual, Aspectos Jurídicos”.

Não obstante, a lei atacada remete à Lei Complementar Federal nº 103, de 07 de julho de 2000. Em síntese, ter-se-ia ato normativo local implementado a partir do disposto no parágrafo único do artigo 22 da Constituição Federal - lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo. Em primeiro lugar, não coabitam o mesmo teto a norma desse parágrafo e a do inciso IV do artigo 7º, constantes da Carta da República. A noção de questões específicas é incompatível com a previsão maior de ter-se salário mínimo nacionalmente unificado. O legislador federal, ao editar a Lei Complementar nº 103/2000, foi fiel ao sistema constitucional. Aludiu, expressamente, não ao inciso IV, mas ao inciso V do artigo 7º. O intróito da Lei Complementar nº 103, de 07 de julho de 2000, é específico, é pedagógico. Revela a autorização aos Estados e ao Distrito Federal para instituírem o piso salarial a que se refere o inciso V do artigo 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu artigo 22.

Por que o legislador federal não mencionou o gênero salário mínimo, mas o piso salarial, remetendo, inclusive, ao inciso V, em vez do inciso IV? A resposta decorre pelo envolvimento de questões específicas. A definição destas consta, com mestria insuplantável, em obra que passou despercebida, não bastasse a clareza da lei complementar federal, ao Executivo e Legislativo do Estado do Rio de Janeiro. Refiro-me à República e Federação do Brasil - Traços Constitucionais da Organização Política Brasileira, Livraria Del Rey, Belo Horizonte.

Questões específicas são aquelas que não traduzem a essência do instituto ou da matéria cuidada pelo legislador; vale dizer, aquelas que podem ser consideradas como devendo ou podendo receber tratamento diferenciado segundo as peculiaridades de cada qual dos Estados-membros da Federação.

Conforme já frisado, nem mesmo em passe de mágica é possível, diante do bom vernáculo do inciso IV do artigo 7º da Carta Federal, assentar-se que discussões sobre o salário mínimo hão de fazer-se à luz das peculiaridades de cada qual dos Estados-membros da Federação. O texto constitucional relativo a salário mínimo impõe a uniformidade de regência, e aí é inconcebível admitir-se a atuação normativa de cada uma das 27 Assembleias estaduais. Somente pode legislar sobre salário mínimo o Congresso Nacional, que vem debruçando-se sobre o tema nos últimos dias. Conforme assinalado por Ives Gandra Martins, *no decoro do artigo 22, há matérias em que não cabe a delegação por lei complementar e há outras matérias em que tal delegação é possível e até desejável* (Comentários à Constituição do Brasil, III, volume, tomo 1, 1992, Editora Saraiva). É dele a asserção segundo a qual a essência do parágrafo único do

artigo 22 em comento está na expressão “questões específicas”, e, para isso, esteve atento o legislador federal da Lei Complementar 103/2000. (sic)

Nota-se que o eminente Ministro Relator, com brilhantismo teceu profunda distinção no corpo do acórdão entre o que seria salário mínimo e piso salarial regional, este sim, delegado aos Estados-membros e Distrito Federal pelo legislador federal.

Frisa-se aqui, que o projeto de lei em análise, fixa, no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial regional, contendo ainda no corpo do texto legal sua especificidade, tal qual determina a Lei Complementar 103/2003.

Assim sendo, o projeto de lei não fere qualquer artigo da Carta Magna.

Já quanto à técnica legislativa, há de se suprimir o artigo 6º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998 (artigo 9º), a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 6º do projeto de lei em análise.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda supressiva.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 002/06

Art. 1º Suprime o artigo 6º do Projeto de Lei nº 002/06.

Sala das Comissões, em 14/03/06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 02/06

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 04/06, que objetiva fixar, no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial de que trata o inciso V, do artigo 7º, da Magna Carta da República.

Fundamentação

Sobre a matéria podemos constar a existência de pronunciamento favorável com emenda da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos constitucional, de legalidade e de técnica legislativa.

Chamada a opinar, esta Comissão, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, e tendo em vista o que nos mostra a fundamentação do autor, asseverando que a proposição é resultado de estudos realizados pelo Estado juntamente com entidades sindicais.

De igual modo, constata-se através da justificativa do autor, que a proposição virá garantir aos trabalhadores organizados em categorias profissionais, e aos trabalhadores não organizados sindicalmente, os preceitos constitucionais mínimos, possibilitando uma melhor distribuição de renda e alavancando o sistema produtivo.

Feita a análise a que cabe se manifestar esta Comissão, entendemos que a matéria em epígrafe encontra-se plenamente compatível com a Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, que autoriza os Estados a instituir o piso salarial para os trabalhadores rurais e urbanos contemplados na norma constitucional acima citada.

No estudo da matéria, objeto deste parecer, causou-nos uma certa surpresa o fato da não inclusão dos servidores públicos estaduais na instituição do piso salarial a que alude o projeto em tela. Assim sendo, parece-nos de suma importância que seja criado um piso salarial mínimo aos servidores públicos estaduais. Tal necessidade nos motiva apresentar Emenda Aditiva ao inciso VI, do artigo 1º do projeto de lei em análise, incluindo a categoria dos servidores públicos estaduais no piso salarial de valor de R\$ 437,80 (quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos).

Conclusão

Pelo acima exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 02/06, com Emenda Aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 02/06

Artigo Único. Fica acrescida a expressão “servidores públicos estaduais”, no final da redação do inciso VI do artigo 1º do projeto de lei em epígrafe, conforme especifica:

Art. 1º ...

I ...

II ...

III ...

IV ...

V ...

VI - R\$ 437,80 (quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos) para trabalhadores de serviços de contabilidade e caixas, operadores de máquinas de contabilidade e de calcular, operadores de máquinas de processamento automático de dados, secretários, datiló-

grafos e estenógrafos, chefes de serviços de transportes e comunicações, telefonistas e operadores de telefone e telemarketing, trabalhadores da rede de energia e telecomunicações, supervisores de compras e vendas, compradores, agentes técnicos de vendas e representantes comerciais, mordomos e governantas, trabalhadores de serventia e comissários (serviço de transporte de passageiros), agentes de mestria, mestres, contramestres, supervisor de produção e manutenção industrial, trabalhadores metalúrgicos e siderúrgicos, operadores de instalações de processamento químico, trabalhadores de tratamento de fumo e de fabricação de charutos e cigarros, operadores de estação de rádio, televisão e de equipamentos de sonorização e de projeção cinematográfica, operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares, sommelier, maître de hotel, ajustadores mecânicos, montadores e mecânicos de máquinas, veículos e instrumentos de precisão, eletricitas eletrônicos, joalheiros e ourives, marceneiros e operadores de máquinas de lavar madeira, supervisores de produção e manutenção industrial e servidores públicos estaduais. (grifo nosso)

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

Apoioamento:

Tadeu Veneri, Ademar Traiano, Duílio Genari e Barbosa Neto.

Está em discussão.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito que seja feita chamada nominal na votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou atender à solicitação de V. Exa.

Está em processo de votação.

Solicito à Deputada Luciana Rafagnin que faça a chamada nominal.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, SIM.

Os Srs. Deputados que forem contrários, NÃO.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Estamos votando o projeto, não a emenda ao projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O projeto. Estamos votando em 1ª discussão a constitucionalidade. Não se vota emendas.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

Deputado Pedro Ivo Ilkiv (PT) - Sim.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT) - Sim.

Deputada Arlete Caramês (PPS) - Sim.

Deputado Nereu Moura (PMDB) - Sim.

Deputado Geraldo Cartário (PMDB) - Sim.

Deputado Elio Rusch (PFL) - Sim.
 Deputado Reni Pereira (PSB) - Sim.
 Deputado Pastor Edson Praczyk (PMR) - Sim.
 Deputado Ademar Traiano (PSDB) - Sim.
 Deputado Ailton Araújo (PPS) - Sim.
 Deputado André Vargas (PT) - Sim.
 Deputado Alexandre Curi (PMDB) - Ausente.
 Deputado Antonio Anibelli (PMDB) - Sim.
 Deputado Ângelo Vanhoni (PT) - Sim.
 Deputado Artagão Júnior (PMDB) - Ausente.
 Deputado Barbosa Neto (PDT) - Sim.
 Deputado Caíto Quintana (PMDB) - Sim.
 Deputado Carlos Simões (PTB) - Ausente.
 Deputada Cida Borghetti (PP) - Sim.
 Deputado Chico Noroeste (PL) - Sim.
 Deputado Cleiton Kielse (PMDB) - Sim.
 Deputado Dobrandino da Silva (PMDB) - Sim.
 Deputado Duílio Genari (PP) - Sim.
 Deputado Durval Amaral (PFL) - Ausente.
 Deputado Edson Strapasson (PMDB) - Sim.
 Deputado Elton Carlos Welter (PT) - Sim.
 Deputada Elza Correia (PMDB) - Sim.
 Deputado Francisco Bühner (PSDB) - Sim.
 Deputado Hermes Fonseca (PT) - Sim.
 Deputado Jocelito Canto (PTB) - Ausente.
 Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)
 Deputado José Maria Ferreira (PMDB) - Sim.
 Deputada Luciana Rafagnin (PT) - Sim.
 Deputado Luiz Accorsi (PSDB)
 Deputado Luiz Carlos Martins (PDT) - Sim.
 Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (PSDB) -
 Sim.
 Deputado Luiz Nishimori (PSDB) - Sim.
 Deputado Marcos Isfer (PPS) - Antes tarde do que
 nunca, espero que aproveemos a emenda que reajusta ano
 a ano. Voto Sim!
 Deputado Mauro Moraes (PMDB) - Sim.
 Deputado Miltilino Pupio (PSDB) - Sim.
 Deputado Natálio Stica (PT) - Pela recuperação do
 poder de compra da classe trabalhadora e pela sua digni-
 dade, eu voto sim!
 Deputado Neivo Beraldin (PDT) - Sim.
 Deputado Nelson Garcia (PSDB) - Sim.
 Deputado Nelson Justus (PFL) - Sim.
 Deputado Padre Paulo Campos (PT) - Sim.
 Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL) - Sim.
 Deputado Rafael Greca (PMDB) - Sim.
 Deputado Ratinho Júnior (PPS) - Sim.
 Deputado Renato Gaúcho (PDT) - Sim.
 Deputado Tadeu Veneri (PT) - Pelos meus 28 anos
 de história sindical, voto sim!
 Deputado Valdir Rossoni (PSDB) - Sr. Presidente,
 quero indicar o meu voto, mas antes fazer um registro:
 lamento que não tivemos esta mesma unidade na votação
 do nepotismo. Voto sim.
 Deputado Vanderlei Iensen (PMDB) - Em home-
 nagem às mais de quarenta mil assinaturas colhidas pelo

comitê, pela aprovação do salário mínimo regional, voto
 sim.

Deputado Waldir Leite (PPS) - Ausente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)
(Procede à segunda chamada nominal)
(Repete-se a 1ª votação)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

49 (quarenta e nove) Deputados votaram.

49 (quarenta e nove) votos SIM.

Está **aprovada** em 1ª discussão a Mensagem
 04/06, que fixa em todo o Estado o piso salarial de que
 trata o inciso V do artigo 7º da Magna Carta da Repú-
 blica.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação do restante da matéria
 constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído
 aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/06, de
 autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/06,
 ajustando no Orçamento do Estado, o valor de R\$
 800.000,00 (oitocentos mil reais) da Secretaria de
 Estado da Agricultura e do Abastecimento, que serão
 utilizados na construção de unidades municipais do
 Emater. (Ibiporã, Jandaia do Sul, Marquinho, Rami-
 lândia, São José das Palmeiras, Tamarana e Três Bar-
 ras do Paraná). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ
 E CO. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR
 NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM
 SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada**. Pro-
 jeto. **Aprovado**.

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/06, de autoria
 do Poder Executivo - Mensagem nº 006/06, fixando o
 efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, em 20.767
 militares estaduais. PARECERES FAVORÁVEIS DA
 CCJ E SP. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado**,
artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/06, de autoria
 do Poder Executivo - Mensagem nº 010/06, objetivando
 autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do
 imóvel situado no município de Quatiguá, conforme
 especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E
 COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado**,
artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública o Instituto Andres Kasper, com sede e foro na cidade de Campina Grande do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 754/05, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município do Goioerê. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 134/05, de 30.11.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 754/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, tem como escopo a autorização para doação de imóvel ao município de Goioerê.

Fundamentação

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social.

Tendo em vista que a doação tem como donatário um município do Estado do Paraná, membro da Administração Pública Interna, portanto, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar 95/98.

Desta forma, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 07.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 754/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 754/05, de autoria do Deputado Nereu Moura, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Goioerê, imóvel que especifica, pertencente à Cohapar, situado no município de Goioerê-PR.

O imóvel a ser doado será utilizado pela Prefeitura Municipal de Goioerê, para o fim que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a Administração Pública.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.04.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 800/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 071/05, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a permuta do imóvel situado no município de Jaguapitã, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/06, de 20.02.06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 800/05

P A R E C E R :

Do projeto

O presente Projeto de Lei nº 800/05, tem por fim autorizar o Poder Executivo a efetuar a permuta do imóvel situado na Avenida São Paulo, no município de Jaguapitã, no que se acha instalada a Escola Municipal Professor Newton Guimarães, pelo imóvel situado na Avenida Manoel Ribas, onde está localizada a escola Estadual Dr. Waldemiro Pedroso.

Da legalidade e constitucionalidade:

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em compasso com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Sugerindo para tanto a adoção da emenda modificada em anexo.

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que permuta a propriedade de imóvel doado a Estado, uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Jaguapitã.

Do voto Conclusão

O Projeto de Lei nº 800/05 encontra correta aplicação da técnica com a doação da emenda modificada em anexo. Quanto à legalidade e constitucionalidade não há impedimento ao seguimento do mesmo. Voto favorável.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR

Presidente em exercício e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICADA AO PROJETO DE LEI Nº 800/05

Atendendo ao disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 800/05, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR

Presidente em exercício e Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 800/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 800/05, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 71/05, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, a efetuar a permuta do imóvel situado no município de Jaguapitã, conforme especifica.

Permuta do imóvel situado na Avenida São Paulo, onde está instalada a Escola Municipal Professor Newton Guimarães, pelo imóvel situado na Avenida Manoel Ribas, onde está localizada a Escola Estadual Dr. Waldemiro Pedroso.

O presente projeto de lei já recebeu análise prévia da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável ao mesmo.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e téc-

nica legislativa, com a adoção da emenda modificativa apensa a este.

A Comissão de Obras Pública, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, 26.04.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 801/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 072/05, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso ao município de Nova Londrina de imóvel urbano, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/06, de 20.02.06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 801/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de imóvel urbano ao município de Nova Londrina.

Fundamentação

A Constituição Federal determina, em seu artigo 23, VI:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

O projeto tem por fim a cessão de imóvel para o funcionamento do serviço público municipal do município de Nova Londrina. Estipula, para isso, que a utilização do imóvel para qualquer outro fim implica na perda do direito à cessão.

Constitucionalidade

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina mais especificamente, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que cede uso de imóvel do Estado a uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Nova Londrina.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Em relação à elaboração e redação deste projeto atentamos para o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Com base no artigo citado, verifica-se a necessidade de emenda modificativa para a correta aplicação da técnica legislativa.

Conclusão

Em sede de parecer, concluímos que o Projeto de Lei nº 801/05 encontra correta aplicação da técnica legislativa com a adoção da emenda modificativa em anexo. Quanto à legalidade e constitucionalidade não há impedimento ao seguimento do mesmo.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 801/05

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 801/05, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 801/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 801/05, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo à cessão de uso do imóvel que especifica a uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Nova Londrina, que tem por finalidade a cessão de imóvel para o funcionamento do serviço público de Nova Londrina.

O presente projeto de lei já recebeu análise prévia da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável ao mesmo.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, com a adoção da emenda modificativa apensa a este.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 26.04.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/06, que autoriza o Poder Executivo efetuar a reversão ao município de Irati, do imóvel localizado na Vila São João, situado no município de Irati, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/06, de 20/02/06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 001/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a proceder à reversão ao município de Irati, do imóvel localizado na Vila São João, situado no município de Irati, no qual funcionou o Posto do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

Legitimidade

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Em relação à elaboração e redação deste projeto atentamos para o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 095/1998:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas:

Com base no artigo citado, verifica-se a necessidade de emenda modificativa para a correta aplicação da técnica legislativa.

Fundamentação

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que

reverte a propriedade de imóvel do Estado ao seu proprietário anterior, uma pessoa jurídica de direito pública interno: o município de Irati.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do referido Projeto de Lei nº 01/06, na forma da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 21.03.06

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 001/06**

P A R E C E R :

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 01/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.03.06

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 001/06**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 01/06, deriva da Mensagem nº 001/06, do Chefe do Poder Executivo Estadual que autoriza a efetuar a reversão, ao município de Irati, do imóvel urbano que especifica, localizado no município de Irati.

O imóvel a ser revertido será utilizado exclusivamente para atividades da administração pública municipal, ficando gravadas as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.04.06

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/06, que autoriza o Poder Executivo efetuar a reversão, ao município de Conselheiro Mairinck, do imóvel conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 008/06, de 06/03/06, em Mensagens).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 043/06**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/06, autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão, ao município de Conselheiro Mairinck, do imóvel conforme especifica.

O imóvel em questão será utilizado pelo município exclusivamente para implantação de projetos para o seu desenvolvimento econômico.

O projeto ora analisado está em plena conformidade com as disposições constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14.03.06

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 043/06**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 043/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/06, autoriza o Poder Executivo efetuar a reversão, ao município de Conselheiro Mairinck, do imóvel conforme especifica.

O imóvel a ser revertido para o Município, será utilizado exclusivamente para a implantação de projetos que têm por objetivo, incrementar o desenvolvimento econômico local.

O presente projeto de lei já recebeu análise prévia da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável ao mesmo.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 26.04.06

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/06, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declarando de Utilidade Pública o Centro de Comercialização da Agricultura Familiar de Marmeleiro, com sede e foro no município de

Marmeleiro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.
Aprovado. (Publ. no DA nº 030/06, de 12/04/06).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 188/06

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declara de Utilidade Pública o Centro de Comercialização da Agricultura Familiar de Marmeleiro, com sede e foro no município de Marmeleiro

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1006, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1007, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1008, 1009, 1011 a 1013, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1014, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1016, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1018, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Natálio Stica, Geraldo Cartário, Antonio Anibelli e Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1024, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1026, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1027, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Natálio Stica, inscrito.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, companheiros, companheiras sindicalistas, hoje abrilhantando a nossa Sessão.

Quero inicialmente dizer, Sr. Presidente, que me sinto muito feliz e honrado com a visita dos sindicalistas e das centrais sindicais, a Força Sindical, a Nova Central Sindical, a CGT e a Central Única dos Trabalhadores que aqui estão.

Eu, que tive a maior parte da minha vida dentro de sindicatos de trabalhadores, vejo que hoje esta Casa recebe uma luz muito maior. Muito obrigado pela presença de todos vocês. E quero, ao mesmo tempo em que parabeno os sindicalistas e as sindicalistas que aqui estão fazendo a representação da classe trabalhadora, dizer, sem medo de errar, que o Paraná hoje sai na frente, Sr. Presidente, dando exemplo que neste país, tamanho continental, a regionalização do salário mínimo é, sem sombra de dúvida, um fator determinante para fazer voltar, mesmo que aos poucos, a dignidade da classe trabalhadora. Não é possível tratar o Estado do Paraná. São Paulo e Rio de Janeiro com o mesmo tratamento dado para o Acre.

O Presidente Lula já aumentou para 350 reais o salário mínimo. Hoje se corrige uma injustiça e veio a tempo, sim. A classe trabalhadora e o Paraná dão exemplo para o Brasil, tenho certeza. Nunca mais vamos ficar a reboque da política nefasta que tivemos há pouco tempo no nosso país.

Ainda hoje o Presidente Hermas Brandão recebe a mensagem do Governador Roberto Requião que vem propor piso social complementar. Ou seja, um salário mínimo para os funcionários públicos ativos e inativos de 580 reais. Hoje recebi ligações de pessoas que estão recebendo 280 reais, porque ficaram na defasagem da aposentadoria. Aqui está mais uma boa nova. Esta Casa haverá de aprovar também esse piso de 580 para os ativos e inativos servidores do Estado do Paraná. Mostrando que aqui não se faz politicagem.

Parabenizo todos os Deputados que, por unanimidade, deram respaldo para que o Paraná saísse na frente na proposta enviada pelo Governador Roberto Requião.

Venho a esta tribuna também para mostrar que há equívocos quando aqui trazem, na tentativa destorcida, demonstrar que a política do Estado do Paraná pode ser feita não com a seriedade que o é. Refiro-me aos discursos que ouvi ontem, quando aqui falaram da compra da usina UEG por parte do Governo do Estado do Paraná e a Copel.

Escutei alguns absurdos desta área. Mas, ainda posso dar a minha contribuição.

Ouvi ontem alguns Deputados dizendo que o Governo do Paraná quer comprar a UEG para escapar de uma possível condenação. É possível sim que essa condenação venha a acontecer.

Porém, quero lembrar que essa ação na justiça que está correndo é por conta de acabar com contrato lesivo ao Estado do Paraná. Lembro, contrato este feito no Governo anterior.

Queria lembrá-los que foi o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, por não ter investido no setor energético no país. Deveríamos ter investido o que está fazendo o Presidente Lula agora, que é tirar o gás natural brasileiro lá da Bacia de Santos, no Campos de Mexilhão, que vai ser o maior campo de gás natural do Brasil. A partir de 2010 teremos gás natural em abundância. Se tivéssemos feito esse investimento lá atrás, não estaríamos, hoje, com os problemas que temos.

Quero lembrar, ainda, que foi o ex-Presidente que deixou quase entregar a Petrobras, a maior empresa deste país. Hoje, graças à ação do Presidente Lula, está aí com um lucro fantástico.

Quero dizer mais: quando vejo alguns Deputados desinformados dizendo que mesmo tendo a auto-suficiência no petróleo ainda temos a gasolina cara. Se tivesse subido a gasolina na mesma proporção que subiu o preço do barril do petróleo no mercado internacional, estaríamos pagando quase quatro reais o litro, hoje. Só não estamos pagando esse preço porque a Petrobras, com sua condição de auto-suficiência, tem condição de fazer com que o preço fique aquém do que é praticado no mercado internacional.

Quero lembrar, ainda, que foi o ex-Governador Jaime Lerner que fez esse acordo lesivo.

E quero dizer que a UEG vai ser comprada por um preço muito aquém do que é o seu real valor e vai ficar com uma espécie de reserva para, se um dia for preciso, em uma possibilidade de termos energia alternativa, um possível apagão, e, sem sombra de dúvida, pode não ser o melhor negócio, mas é o negócio mais favorável ao Estado do Paraná, neste momento, para acertar os desacertos trazidos nesse acordo pelo ex-Governador Jaime Lerner.

Por isso, venho aqui, e quero usar o Grande Expediente em um outro dia que não tenhamos uma grande votação, para poder, com números, mostrar aos Srs. Deputados o que é uma proposta séria que acontece no Estado do Paraná.

Agradeço ao Sr. Presidente e agradeço, principalmente, aos visitantes que estão aqui, hoje, para mais essa conquista da classe trabalhadora.

Viva a classe trabalhadora do Brasil!

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, venho neste momento, ocupar microfone para justificar o meu atraso no início da votação, e para registrar, de público, o nosso posicionamento favorável ao novo salário mínimo. Evidentemente, em função de um contratempo, não pudemos estar aqui, mas estaremos em todas as outras votações que forem necessárias para estarmos aprovando o novo salário mínimo. Se for possível, que conste o nosso voto, o nosso posicionamento favoravelmente ao projeto, aqui nesta Casa.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 602, 603, 692/05 e 013/06.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 002 e 188/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 734/05, 155, 159, 175 e 183/06.

Levanta-se a Sessão.

DIÁRIO Nº 041**37ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva	20
Presenças	20
Abertura da Sessão	20
Expediente:	
Requerimentos	20
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	21
3ª Discussão	24
2ª Discussão	25
1ª Discussão	25
Requerimentos	27
Encerramento da Sessão	27

DIÁRIO Nº 041**37ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE MAIO DE 2006**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

Presenças:

Às quinze horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto,

Caíto Quintana, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Carlos Simões e Waldir Leite (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 1029

Senhor Presidente:

A Deputada Luciana Rafagnin, do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a dispensa da redação final do Projeto de Lei nº 188/06, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública o Centro de Comercialização da Agricultura Familiar de Marmeleiro, por não ter recebido emendas.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1028

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 12 de junho próximo, para homenagear a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia e a Associação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, que foram agraciadas com o Prêmio Bem Eficiente, pelo maravilhoso trabalho

realizado pelas Associações em benefício da sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 03.05.06.
(a) HERMAS BRANDÃO

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Finda a leitura do Expediente.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (**Pela Ordem**)
Quero encaminhar à Mesa as quarenta mil assinaturas. Já foi citado na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Aguardo o encaminhamento de V. Exa.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP) (**Pela Ordem**)
Quero registrar a presença do Vereador Wilson Pereira da Silva, da Câmara de Vereadores de Nova Aurora.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Fica registrado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 52 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 602/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, concedendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dom Moacyr José Vitti. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 602/05
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dom Moacyr José Vitti.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.05.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 603/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que institui a Política Estadual do Livro. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 603/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Da Política Estadual do Livro
Diretrizes Gerais

Art. 1º Esta lei institui a Política Estadual do Livro, mediante adoção das seguintes diretrizes:

I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;

II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio cultural, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;

III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;

IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;

V - promover e incentivar o hábito da leitura;

VI - propiciar os meios para fazer do Paraná um grande centro editorial;

VII - competir no mercado nacional de livros, ampliando a difusão de livros publicados no Estado;

VIII - apoiar a livre circulação do livro no Estado;

IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;

X - instalar e ampliar no Estado livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;

XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei;

XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

Capítulo II

Do Livro

Art. 2º Considera-se livro, para efeitos desta lei, a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento.

Parágrafo único. São equiparados a livro:

I - fascículos, publicações de qualquer natureza que representem parte de livro;

II - materiais avulsos relacionados com o livro, impressos em papel ou em material similar;

III - roteiros de leitura para controle e estudo de leitura ou de obras didáticas;

IV - álbuns para colorir, pintar, recortar ou armar;

V - atlas geográficos, históricos, anatômicos, mapas e cartogramas;

VI - textos derivados de livro ou originais, produzidos por editores, mediante contrato de edição celebrado com o autor, com a utilização de qualquer suporte;

VII - livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual;

VIII - livros impressos no Sistema Braille.

Art. 3º É livro paranaense o publicado por editora sediada no Estado, em qualquer idioma, bem como o impresso ou fixado em qualquer suporte em outros Estados por editor sediada no território do Estado do Paraná.

Capítulo III

Da Editoração, Distribuição e Comercialização do Livro

Art. 4º Para efeitos desta lei, é considerado:

I - autor: a pessoa física criadora de livros;

II - editor: a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura;

III - distribuidor: a pessoa jurídica que opera no ramo de compra e venda de livros por atacado;

IV - livreiro: a pessoa jurídica ou representante comercial que se dedica à venda de livros.

Art. 5º Na editoração do livro, é obrigatória a adoção do Número Internacional Padronizado, bem como a ficha de catalogação para publicação.

Parágrafo único. O número referido no *caput* deste artigo constará da quarta capa do livro impresso.

Art. 6º O Poder Executivo estabelecerá formas de financiamento para as editoras e para o sistema de distribuição de livro, por meio de criação de linhas de crédito específicas.

Parágrafo único. Cabe, ainda, ao Poder Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema Braille.

Art. 7º É permitida a formação de um fundo de provisão para depreciação de estoques e de adiantamento de direitos autorais.

§ 1º Para a gestão do fundo levar-se-á em conta o saldo existente no último dia de cada exercício financeiro legal, na proporção do tempo de aquisição, observados os seguintes percentuais:

I - mais de um ano e menos de dois anos: trinta por cento do custo direto de produção;

II - mais de dois anos e menos de três anos: cinquenta por cento do custo direto de produção;

III - mais de três anos: cem por cento do custo direto de produção.

§ 2º Ao fim de cada exercício financeiro legal será feito o ajustamento da provisão dos respectivos estoques.

Art. 8º O fundo e seus acréscimos serão levados a débito da conta própria de resultado, sendo seu valor dedutível, para apuração do lucro real, sendo que as reversões por excesso irão a crédito para tributação.

Art. 9º É facultado ao Poder Executivo a fixação de normas para o atendimento ao disposto nos incisos VII e VIII do artigo 2º desta lei.

Capítulo IV

Da Difusão do Livro

Art. 10. Cabe ao Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliar os já existentes e implementar, isoladamente ou mediante a colaboração de particular, as seguintes ações em âmbito nacional:

I - criar parcerias, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura, com a participação de entidades públicas e privadas;

II - estimular a criação e execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:

a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas;

b) introdução da hora de leitura diária nas escolas;

c) exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de escolas, de acervo mínimo de livros para as bibliotecas escolares;

III - instituir programas, em bases regulares, para a exportação e venda de livros brasileiros em feiras e eventos internacionais;

IV - criar cursos de capacitação do trabalho editorial, gráfico e livreiro.

Art. 11. O Poder Executivo fica autorizado a promover o desenvolvimento de programas de ampliação do número de livrarias e pontos de venda no Estado, podendo ser ouvidas as Administrações Municipais competentes.

Capítulo V

Disposições Gerais

Art. 12. O Estado e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros.

Art. 13. A inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feita por meio de um Fundo Estadual de Cultura cuja criação fica autorizada ao Poder Executivo.

Art. 14. Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 692/2005, de autoria das Deputadas Cida Borghetti e Elza Correia, que autoriza o Poder Executivo a criar o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente vítimas de crimes - Nucria, no Departamento da Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 692/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente vítimas de crimes - Nucria, é legalmente reconhecido, com características que lhe são próprias e as que lhe confere esta lei, a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 2º Fica atribuído ao Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes, a competência para a operacionalização das atividades inerentes à polícia judiciária na investigação, prevenção e repressão dos ilícitos penais praticados por adultos (maiores de dezoito anos) contra crianças e adolescentes, previstos no Código Penal Brasileiro em seus artigos 129 e seu parágrafo 9º, 133, 134, 136, 213, 214, 215, 216, 216-A, 218, 233, 244, 245, 246, 247, na Lei das Contravenções Penais (Decreto Lei 3.688/41) em seu artigo 61, no Estatuto da Criança e do Adolescente em seus artigos 232, 240, 241, 242, 243, 244-A e na Lei de Tortura (Lei nº 9.455/97).

Parágrafo Único. Havendo concurso dos crimes previstos neste artigo com os crimes contra a vida ou patrimônio ou com atos infracionais praticados por adolescentes, a competência será do Distrito Policial da área, ou da Delegacia Especializada.

Art. 3º Compete também ao Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crianças as providências seguintes:

I - a conscientização da sociedade sobre os crimes praticados contra as crianças e os adolescentes, instigando-a, desta forma, a auxiliar nos trabalhos realizados pelo Nucria;

II - a participação nas campanhas de combate aos crimes contra crianças e adolescentes;

III - a coordenação e a participação na Operação Criança Segura no Litoral, que consiste em ações de prevenção e repressão a crimes cometidos contra crianças e adolescentes que será obrigatoriamente realizada todo final de ano, em período coincidente com a Operação Geral de Segurança Pública, no litoral paranaense;

IV - estabelecer o intercâmbio com as demais unidades policiais civis, orientando-as sobre as maneiras de atuar nos crimes em que são vítimas crianças ou adolescentes e, quando necessário, efetuar apoio operacional, mediante designação especial do Delegado Geral;

V - estabelecer o intercâmbio com o Poder Judiciário, com o Ministério Público estadual e federal e com os Conselhos Tutelares, visando a realização de trabalhos em conjunto;

VI - fiscalizar boates, bares, hotéis, escolas, agências de turismo, postos de combustíveis, agências de modelo e demais locais onde é freqüente o aliciamento de crianças e adolescentes e sua exploração;

VII - a criação de um centro de estudos de violência praticada contra criança e adolescente, que subsidiará encontros, palestras, reuniões e eventos afins, trabalhando preventivamente como forma de minimizar o índice de crimes sexuais praticados contra a criança e o adolescente.

Parágrafo Único. As atribuições do Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes e suas ações serão desenvolvidas sem prejuízo das responsabilidades conferidas a outras unidades policiais, em regime de mútua colaboração e assistência, inclusive em parceria com órgãos municipais, estaduais e federais, mediante a assinatura de convênios.

Art. 4º Cabe ao Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes oferecer atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes vitimados, bem como às famílias dos mesmos, na área de sua competência.

Art. 5º Integração a estrutura organizacional do Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes, servidores policiais civis, constituindo o quadro mínimo de 03 (três) Delegados de Polícia (Titular, Adjunto e Operacional), 05 (cinco) Escrivães de Polícia e 25 (vinte e cinco) Investigadores de Polícia.

Art. 6º A estrutura organizacional do Nucria será integrada por equipe multidisciplinar composta por, no mínimo, 02 (dois) profissionais de psicologia, 01 (um) profissional de psiquiatria, 01 (um) profissional de serviço social, 01 (um) profissional de informática, 01 (um) profissional de educação física (recreação) e 02 (dois) auxiliares administrativos.

Parágrafo Único. Ficam criados, no Departamento da Polícia Civil, 08 (oito) cargos em comissão, exclusivos do Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes, que serão preenchidos por membros da equipe multidisciplinar de que trata este artigo.

Art. 7º A Secretaria de Estado da Segurança Pública proporcionará os recursos materiais necessários e o local para o funcionamento do Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes, em Curitiba e nas cidades-pólo do Estado.

Parágrafo Único. Sem prejuízo dos recursos mencionados acima, será destinado ao Nucria verba mensal de 10 (dez) salários mínimos, para o desenvolvimento de palestras preventivas, atividades de investigação, capacitação da equipe, impressão de material informativo e de prevenção, aquisição de livros e materiais didáticos que abordem temas envolvendo a área de atuação do Nucria.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.05.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 013/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, dispondo sobre a aplicação de penalidades à prática de Assédio moral nas dependências da Administração Pública Estadual Direta e Indireta por servidores públicos estaduais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 013/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado, no âmbito do Serviço Público do Estado do Paraná, em qualquer de seus Poderes, na Administração direta e na indireta, o direito à dignidade da pessoa humana, de todos os seus servidores e usuários, devendo, para tanto, os seus representantes legais prevenir, coibir e, quando for o caso, apurar e punir a prática de assédio moral contra todo e qualquer servidor detentor de função pública no Estado ou por ele cometida contra outro servidor ou usuário do serviço público, nos termos desta lei.

Art. 2º Considera-se assédio moral, para os fins de que trata esta lei, toda ação, gesto ou palavra praticada de forma repetitiva por aquele que, abusando da autoridade que lhe confere suas funções públicas, tenha por objeto ou efeito atingir a auto-estima e a auto-determinação do servidor ou usuário do serviço público, com danos ao meio ambiente de trabalho, ao serviço prestado ao público e ao próprio usuário, bem como a evolução na carreira e a estabilidade funcional do servidor, especialmente:

I - determinando o cumprimento de atribuições estranhas ou de atividades incompatíveis com o cargo ou função que ocupa, ou em condições e prazos inexequíveis;

II - determinando ao exercente de funções ou cargos técnicos, especializados ou mesmo para os quais se exija treinamento e conhecimentos específicos, a execução de atividades triviais;

III - apropriando-se do crédito de idéias, propostas, projetos ou de qualquer trabalho de outrem.

Parágrafo Único. Considera-se também assédio moral, entre outras, as ações, gestos e palavras que impliquem:

I - em desprezo, ignorância ou humilhação ao servidor, que o isolem de contatos com os seus superiores hierárquicos e com outros servidores, sujeitando-o a receber informações, atribuições, tarefas e outras atividades somente através de terceiros;

II - na sonegação de informações que sejam necessárias ao desempenho de suas funções ou úteis à sua vida funcional;

III - na divulgação de rumores e comentários maliciosos, bem como na prática de críticas reiteradas ou na subestimação de esforços que atinjam a dignidade do servidor;

IV - na exposição do servidor a efeitos físicos ou mentais adversos, com prejuízo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Art. 3º Cada Poder, no âmbito e limite de sua competência, regulamentará esta lei, por meio de ato em que se estabelecerão, entre outros fatores:

I - o mecanismo de recebimento de denúncia ou representação fundada nesta lei;

II - a garantia de ampla defesa dos denunciados.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.05.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade

Pública o Instituto Andres Kasper, com sede e foro na cidade de Campina Grande do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/06, fixando no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial, de que trata o inciso V, do artigo 7º da Magna Carta da República. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ E CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 002/06

Acrescenta-se, onde couber os seguintes artigos ao Projeto de Lei nº 002/06:

Art. Em 1º de maio de 2007, bem como nos próximos 12 (doze) anos subsequentes, portanto até 1º de maio de 2019, o piso salarial estadual deverá ser reajustado anualmente pelo índice da inflação do ano anterior, acrescido de 07% (sete por cento) de aumento real.

Art. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar percentuais de aumento superiores aos decorrentes da aplicação desta lei, observadas as políticas de emprego e renda definidas pelo Governo.

Sala das Sessões, em 03.05.06.

(aa) ARLETE CARAMÊS, WALDIR LEITE, MARCOS ISFER, RATINHO JÚNIOR e AILTON ARAÚJO.

O referido projeto irá retornar à Comissão de Constituição e Justiça. Mas em uma deferência toda especial do Presidente da Comissão, Deputado Durval Amaral, antecipou-se a reunião de terça-feira para segunda-feira e o referido projeto estará em condições de estar na pauta, novamente, na segunda-feira.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só para justificar a nossa ausência na Sessão primeira, vínhamos de Ponta Grossa e atrasamos um pouco. Queria registrar aqui que na primeira votação seria um voto favorável para o salário mínimo regional, atendendo a uma reivindicação de todas as classes do Paraná e que também nesta segunda votação votaremos favorável.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)

Apenas para fazer o registro, que no dia de hoje os trabalhadores do Porto de Paranaguá, estivadores e arrumadores, estão paralisados. Há uma decisão da Justiça, que impõe, talvez, a demissão de mil trabalhadores no Porto de Paranaguá. Neste momento, eles estão reunidos na Delegacia Regional do Trabalho com os organismos de classe dos empresários e os Sindicatos. Quem acompanhou esse processo foi o Deputado que é da base lá de Paranaguá, Waldir Leite - parece-me que está acompanhando essa negociação na DRT.

Então, para fazer esse comunicado e dizer que para nós é uma imensa alegria, neste dia, aprovar o salário mínimo de R\$ 437,00 para todos os trabalhadores do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/06, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declarando de Utilidade Pública o Centro de Comercialização da Agricultura Familiar de Marmeleiro, com sede e foro no município de Marmeleiro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 734/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revogando a Lei nº 11.035, de 04 de janeiro de 1995 e a Lei nº 11.668, de 28 de janeiro de 1997, que dispõem sobre as normas gerais sobre sorteio da modalidade denominada Bingo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 130/06, de 23/11/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 734/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo revogar as leis que instituíram normas gerais da modalidade denominada Bingo.

A Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, apresenta parecer favorável à proposição, na forma do substitutivo geral em anexo, que aproveita a iniciativa do autor para revogar várias leis que criaram municípios, *ad referendum* de plebiscito, no Estado do Paraná, mas não tiveram resultados favoráveis nos plebiscitos realizados.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 734/05

Art. 1º Ficam revogadas a Lei nº 11.035, de 04 de janeiro de 1995, que institui as normas gerais sobre sorteio da modalidade denominada Bingo e a Lei nº 11.668, de 28 de janeiro de 1997, que alterou a redação da referida Lei nº 11.035, a Lei nº 14.970, de 21 de dezembro de 2005, a Lei nº 9354, de 27 de agosto de 1990, a Lei nº 9355, de 27 de agosto de 1990, a Lei nº 9385, de 28 de setembro de 1990, as Leis nºs 9445 e 9420, de 30 de outubro de 1990 e a Lei nº 9445, de 20 de novembro de 1990.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Duílio Genari, Antonio Anibelli, Ailton Araújo e Ratinho Júnior.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 734/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo revogar as leis que instituíram normas gerais da modalidade denominada Bingo.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável à proposição, na forma de substitutivo geral, substitutivo este que aproveitou a iniciativa do autor para revogar várias leis que criaram municípios, *ad referendum* de plebiscito, no Estado do Paraná, mas quando da realização dos plebiscitos nos municípios não foram registrados resultados favoráveis aos mesmos ou não tiveram autorização do TRE para a realização de plebiscito.

A Comissão de Finanças, chamada a opinar, acompanha o parecer apresentado pela CCJ, opinando favoravelmente ao Projeto de Lei nº 734/05, na forma da emenda substitutiva geral apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/06, de autoria do Deputado Luiz Fernando da Silva Litro, declarando de Utilidade Pública a Associação Amigos da Universidade - Asmu, com sede e foro no Município de Barracão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/06, de 03/04/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 155/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declara de Utilidade Pública a Associação Amigos da Universidade, com sede e foro no município de Barracão, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação Cultural Esportiva Recreativa Ouro e Prata, com sede e foro no Município de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/06, de 03/04/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 159/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Esportiva Recreativa Ouro e Prata, com sede e foro no município de Toledo, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Organização Rosa e Amigos, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/06, de 04/04/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 175/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Organização Rosa e Amigos, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/06, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores de Uraí - Auva, com sede e foro no município de Uraí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 190/06. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/06, de 11/04/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 183/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

Os projetos de lei ora analisados foram anexados conforme requerimento aprovado em plenário, visto que ambos possuem o mesmo objeto. O Projeto de Lei nº 183/06, de autoria do Deputado José Maria Ferreira e o Projeto de Lei nº 190/06, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, têm como escopo declarar de Utilidade

Pública a Associação dos Fruticultores de Uraí, com sede e foro no município de Uraí no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade dos referidos projetos, por estarem os mesmos de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1028, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1029, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 734, 754, 800, 801/05, 001, 043, 155, 159, 175 e 183/06.

Levanta-se a Sessão.